


USO DE CANNABIS DE FORMA MEDICINAL

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5621224111010>

Data de aceite: 24/10/2024

Beatriz dos Santos Oliveira

Centro Universitário UniLS, Brasília, DF
<http://lattes.cnpq.br/4126239426097263>

Jorlainy Rocha de Brito

Centro Universitário UniLS, Brasília, DF
<http://lattes.cnpq.br/4131738901338843>

Anna Maly Leão e Neves Eduardo

Centro Universitário UniLS, Brasília, DF
<http://lattes.cnpq.br/3714651935396200>

Axell Donelli Leopoldino Lima

Centro Universitário UniLS, Brasília, DF
<http://lattes.cnpq.br/8223765221726379>

RESUMO: O uso da Cannabis para fins medicinais tem ganhado destaque nas últimas décadas, à medida que a ciência avança e novos estudos revelam as propriedades terapêuticas dessa planta. A pesquisa foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica, abrangendo artigos, livros e outras publicações relevantes sobre o uso medicinal da Cannabis. O THC é o principal componente psicoativo da Cannabis, sendo o responsável pela sensação de euforia frequentemente associada ao uso recreativo da planta, e o canabidiol (CBD) não possui efeitos psicoativos, o que lhe confere um

perfil terapêutico atraente para muitos pacientes. Tanto os profissionais de saúde quanto os pacientes devem ser informados sobre as propriedades da Cannabis, seus canabinoides e suas aplicações terapêuticas. **PALAVRAS-CHAVE:** Medicinal cannabis, therapeutic use, canabinoides.

USE OF CANNABIS MEDICINALLY

ABSTRACT: The use of Cannabis for medicinal purposes has gained prominence in recent decades, as science advances and new studies reveal the therapeutic properties of this plant. The research was carried out through a literature review, covering articles, books and other relevant publications on the medicinal use of Cannabis. THC is the main psychoactive component of Cannabis, being responsible for the feeling of euphoria often associated with recreational use of the plant, and cannabidiol (CBD) has no psychoactive effects, which gives it an attractive therapeutic profile for many patients. Both healthcare professionals and patients should be informed about the properties of Cannabis, its cannabinoids and their therapeutic applications.

KEYWORDS: Medicinal cannabis, therapeutic use, cannabinoids.

INTRODUÇÃO

O uso da Cannabis para fins medicinais tem ganhado destaque nas últimas décadas, à medida que a ciência avança e novos estudos revelam as propriedades terapêuticas dessa planta. Reconhecida desde a antiguidade, a Cannabis é uma fonte rica em canabinoides, compostos que interagem com o sistema endocanabinoide do corpo humano. Esse sistema desempenha um papel importante na regulação de várias funções fisiológicas, proporcionando alívio para sintomas como dor crônica, ansiedade e distúrbios do sono. Contudo, apesar do crescente corpo de evidências que apoia a eficácia da Cannabis medicinal, sua utilização permanece envolta em estigmas e barreiras legais, especialmente em países como o Brasil, onde a regulamentação ainda é restritiva e o preconceito em relação à planta persiste (Lima et al., 2020).

Nesse contexto, é essencial discutir as implicações do uso medicinal da Cannabis no enfrentamento de doenças. Estudos já indicam resultados promissores no controle de diversas condições de saúde, incluindo doenças neurológicas, câncer, e problemas de saúde mental. Contudo, o desconhecimento sobre as diferenças entre os canabinoides, como o tetrahydrocannabinol (THC) e o canabidiol (CBD), bem como suas respectivas ações terapêuticas, pode levar a mal-entendidos e à desinformação (Ribeiro, 2023).

Diante desse cenário, a questão central que guia esta pesquisa é: de que maneira o uso medicinal da Cannabis pode impactar positivamente o tratamento de doenças e a qualidade de vida dos pacientes? As hipóteses que sustentam esta investigação sugerem que a Cannabis medicinal pode oferecer benefícios significativos na gestão de doenças, contribuindo para uma melhora na qualidade de vida dos pacientes.

A justificativa para este estudo reside na urgência de desmistificar a planta e promover um entendimento mais embasado sobre seu uso terapêutico, considerando que o debate acerca da regulamentação da Cannabis no Brasil ainda é incipiente. Assim, ao explorar essas questões, espera-se contribuir para um conhecimento mais profundo e livre de preconceitos sobre o potencial terapêutico da Cannabis.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica, abrangendo artigos, livros e outras publicações relevantes sobre o uso medicinal da Cannabis. A pesquisa incluiu artigos publicados entre janeiro de 2018 e outubro de 2019, com foco em artigos que abordam as propriedades terapêuticas da planta e suas implicações no tratamento de diversas condições de saúde.

A seleção das fontes foi feita a partir de bases de dados científicas como como PubMed, Scielo, Google Scholar, utilizando os seguintes descritores: “Cannabis medicinal”, “canabinóides”, “uso terapêutico da Cannabis”. Os critérios de inclusão envolveram publicações que discutissem os efeitos terapêuticos da Cannabis em condições específicas, assim como estudos que abordassem a legislação e a percepção social sobre seu uso, publicados em língua portuguesa. Foram excluídos estudos que não apresentavam resultados empíricos ou que não estavam disponíveis em língua portuguesa e que fossem publicados antes do período de 2018.

A análise dos dados coletados foi realizada de forma qualitativa, com foco na identificação de tendências, resultados e lacunas na literatura existente. Os aspectos éticos foram considerados durante a elaboração da revisão, garantindo que todas as fontes citadas fossem devidamente referenciadas e que a integridade da informação fosse mantida.

DESENVOLVIMENTO

HISTÓRICO DO USO DA CANNABIS NA MEDICINAL

O uso da Cannabis para fins medicinais remonta a milênios, sendo uma prática documentada em várias civilizações ao longo da história. Desde as antigas culturas da China, onde textos médicos datados de 2737 a.C. mencionam a planta como tratamento para uma variedade de condições, até a medicina tradicional indiana, que a empregava na forma de “bhang” para tratar doenças como dor, insônia e ansiedade, a Cannabis tem uma longa e rica trajetória. No Egito Antigo, registros históricos indicam que a planta era utilizada para tratar inflamações e como um analgésico, refletindo o reconhecimento de suas propriedades terapêuticas (Ribeiro, 2023).

Acredita-se que a Cannabis chegou ao Brasil em torno de 1549, trazida pelos escravos africanos, e sua disseminação foi rápida, alcançando tanto essa população quanto os indígenas locais. Sua utilização não se limitou a um contexto recreativo, mas também incluiu aplicações medicinais. Médicos franceses e ingleses começaram a reconhecer a planta como um remédio viável para diversas doenças, solidificando sua importância no tratamento de condições de saúde (Martins; Posso, 2023).

A popularidade da Cannabis no Brasil cresceu significativamente durante a década de 1930, apesar da repressão ao seu uso. Naquele período, o Instituto Nacional de Abuso de Drogas Americano (NIDA) focava exclusivamente em evidenciar os efeitos prejudiciais da planta, bloqueando qualquer investigação que pudesse demonstrar seus potenciais benefícios terapêuticos. A virada na percepção da Cannabis ocorreu nos anos 1990, com a descoberta do sistema endocanabinoide, que revelou a existência de receptores e neurotransmissores específicos envolvidos na modulação da dor, analgesia, sono e outras funções fisiológicas (Neto et al., 2023).

Até a década de 1920, o cultivo da maconha era impulsionado pelo seu uso nas indústrias de papel e têxtil. A planta também se popularizou como um fumo entre as classes menos privilegiadas nos Estados Unidos e foi utilizada na indústria farmacêutica e automobilística, com a Ford, por exemplo, desenvolvendo um combustível à base de Cannabis. Contudo, a crise de 1929 e a subsequente Lei Seca levaram ao aumento da criminalização da planta, que, segundo rumores, estava ligada a um aumento nos índices de criminalidade. Esse estigma se espalhou globalmente, influenciado por diplomatas americanos em organizações internacionais como a Liga das Nações e a Organização das Nações Unidas (ONU) (Martins; Posso, 2023).

Em 1830, no Brasil, foi promulgada a primeira lei que proibia o uso e a venda da maconha, estabelecendo penas mais severas para usuários, que na maioria eram escravos, em contraste com traficantes da classe média branca. Nas décadas seguintes, especialmente a partir de 1960, diversas pesquisas realizadas em países como Inglaterra, Canadá e Estados Unidos começaram a recomendar a revisão das leis que restringiam o uso da Cannabis. Embora mudanças significativas fossem lentas, nos dias atuais já há países que legalizaram o uso da planta, incluindo sua utilização recreativa (Holanda, 2022).

Atualmente, a Cannabis medicinal surge como uma das opções terapêuticas mais promissoras do século XXI, sendo empregada em uma variedade de condições de saúde. Seu uso é destacado no tratamento de náuseas em pacientes em quimioterapia, na estimulação do apetite em pessoas vivendo com HIV, no alívio dos sintomas da esclerose múltipla, no tratamento da ansiedade e no controle da dor. A crescente aceitação da Cannabis medicinal não apenas reabre o debate sobre suas propriedades terapêuticas, mas também enfatiza a necessidade de um olhar crítico sobre sua regulamentação, eficácia e segurança, visando a promoção de uma abordagem que valorize tanto os benefícios quanto os riscos associados ao seu uso (Holanda, 2022).

Recentemente, no Brasil, a regulamentação do canabidiol pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) em 2015 representou um marco importante nessa trajetória, permitindo que pacientes tenham acesso a tratamentos baseados na Cannabis sob supervisão médica. Essa evolução histórica ressalta a necessidade de um debate informado e baseado em evidências sobre o uso da Cannabis medicinal, considerando tanto seu potencial terapêutico quanto as questões éticas e legais que o cercam. Ao revisitar essa trajetória, é possível compreender não apenas os benefícios da planta, mas também as barreiras que ainda persistem e os desafios futuros para sua aceitação plena na medicina contemporânea (Borges; Freire; Blanch, 2023).

COMPOSIÇÃO QUÍMICA DA CANNABIS E SEUS CANABINOIDES

A Cannabis é uma planta complexa, composta por uma variedade de substâncias químicas que conferem a ela suas propriedades terapêuticas. Dentre essas substâncias, os canabinoides se destacam como os principais compostos responsáveis pelos efeitos medicinais da planta. Esses canabinoides são hidrocarbonetos aromáticos que se ligam a receptores específicos no corpo humano, modulando uma série de funções fisiológicas. Os dois canabinoides mais conhecidos e estudados são o Δ^9 -tetrahydrocannabinol (THC) e o canabidiol (CBD), cada um com suas características únicas e efeitos distintos no organismo (Oliveira et al., 2022).

O THC é o principal componente psicoativo da Cannabis, sendo o responsável pela sensação de euforia frequentemente associada ao uso recreativo da planta. No entanto, suas propriedades terapêuticas também são amplamente reconhecidas, incluindo o alívio da dor, a redução de náuseas e o aumento do apetite, o que o torna útil em tratamentos de doenças como câncer e HIV/AIDS. O mecanismo de ação do THC envolve a ativação dos receptores canabinoides CB1, que estão principalmente localizados no sistema nervoso central. Essa interação provoca alterações na percepção da dor e no humor, além de influenciar o apetite e a memória (Maia, 2023).

Por outro lado, o canabidiol (CBD) não possui efeitos psicoativos, o que lhe confere um perfil terapêutico atraente para muitos pacientes. O CBD tem sido estudado por suas propriedades anti-inflamatórias, ansiolíticas, antipsicóticas e anticonvulsivantes. Sua ação se dá por meio da interação com receptores canabinoides, mas também envolve outras vias, como os receptores de serotonina e vaniloides, o que amplia seu potencial terapêutico em condições como epilepsia, ansiedade, dor crônica e doenças autoimunes. A crescente popularidade do CBD se reflete em sua utilização em produtos comerciais, como óleos e cápsulas, destinados ao tratamento de diversas doenças, contribuindo para uma maior aceitação da Cannabis na medicina (Spezzia, 2022).

Além do THC e do CBD, a Cannabis contém outros canabinoides e compostos bioativos, como terpenos e flavonoides, que também podem desempenhar papéis significativos em suas propriedades terapêuticas. Os terpenos são responsáveis por conferir aromas e sabores à planta e podem influenciar os efeitos da Cannabis por meio do que é conhecido como “efeito entourage”, onde a combinação de canabinoides e terpenos potencializa os benefícios terapêuticos (Vieira, 2023).

Por isso, entender a composição química da Cannabis e os diversos compostos que ela contém é essencial para a utilização segura e eficaz de seus derivados na prática clínica. Essa diversidade química ressalta a importância de pesquisas adicionais para explorar o potencial terapêutico de cada canabinoide e compreender como eles podem ser utilizados de forma sinérgica no tratamento de doenças, ampliando as possibilidades de intervenção na medicina contemporânea (Vieira, 2023).

ASPECTOS LEGAIS E ÉTICOS DO USO MEDICINAL DA CANNABIS

O uso medicinal da Cannabis é um tema que provoca intensos debates legais e éticos em diversas sociedades, refletindo a complexidade das interações entre ciência, política e saúde pública. A regulamentação do uso da Cannabis varia amplamente entre países, influenciada por fatores culturais, históricos e sociais. No Brasil, por exemplo, a legalização da Cannabis para fins medicinais é um assunto ainda em desenvolvimento, com legislação específica que busca equilibrar o acesso aos tratamentos e a segurança dos pacientes (Silva, 2018).

A proibição da venda e uso da cannabis sativa no Brasil começou em 1830, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, sendo a primeira ação desse tipo no Ocidente. Uma norma estabeleceu que a venda e o uso do “pito do pango” eram proibidos, com penalidades para vendedores e usuários. Em 1890, o Código Penal proibia a comercialização de “coisas venenosas”, mas não mencionava a maconha diretamente. A Convenção Internacional do Ópio, de 1912, e a II Conferência Internacional do Ópio, em 1925, influenciaram a criminalização da cannabis, com o médico brasileiro Dr. Pernambuco afirmando que “a maconha é mais perigosa que o ópio” (Campos, 2024).

No século XX, a maconha passou a ser vista como uma droga perigosa, especialmente devido ao seu uso por classes sociais mais baixas. Em 1921, a Lei Federal nº 4.294 introduziu penalidades severas para a venda ilegal da substância e reafirmou restrições ao seu uso terapêutico. Até 1917, produtos derivados da cannabis eram comuns em farmácias, mas a repressão aumentou na década de 1970, resultando em cultivos controlados por criminosos (Taveira, 2018).

A proibição efetiva ocorreu em 11 de janeiro de 1932, com o Decreto nº 20.930, que estabeleceu punições para usuários e traficantes. O Decreto-Lei 891/98 definiu a toxicomania como uma doença compulsória. Nos anos 30, as campanhas nos EUA pela ilegalização da maconha culminaram no “Ato da Taxa da Maconha” em 1937, restringindo ainda mais a prescrição médica da substância (Taveira, 2018).

Com a promulgação da Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006), o Brasil experimentou um marco significativo na abordagem em relação à cannabis. Este novo marco legal estabeleceu diretrizes para o controle e a regulamentação de substâncias psicoativas, incluindo a maconha. O artigo 2º, parágrafo único, da referida lei determina que a União tem a prerrogativa de autorizar o cultivo e a colheita de vegetais como a maconha, mas exclusivamente para fins medicinais ou científicos. A autorização para a prática deve ocorrer em locais e prazos predeterminados, sempre sob rigorosa fiscalização. Contudo, a aplicação efetiva dessa norma ainda não se concretizou desde a sua implementação, levando a um vácuo regulatório que perpetua a incerteza em relação ao uso medicinal da cannabis no país (Caldeira et al., 2019).

Enquanto isso, o uso ilegal de cannabis continua a ser tipificado como crime, com a Lei nº 11.343/2006 estabelecendo penalidades para aqueles que adquirirem, guardarem, transportarem ou trouxerem consigo a substância para consumo pessoal sem a devida autorização. O artigo 28 da mesma lei prevê penas que incluem, entre outras, advertência sobre os efeitos das drogas, prestação de serviços à comunidade e medidas educativas, como a participação em programas ou cursos voltados à conscientização sobre o uso de substâncias psicoativas. Essas medidas refletem uma tentativa de despenalizar o uso pessoal da droga, mas, ao mesmo tempo, demonstram uma abordagem punitiva que ainda persiste, muitas vezes gerando dúvidas e dificuldades para aqueles que buscam utilizar a cannabis de forma medicinal (Caldeira et al., 2019).

A realidade é que, apesar da existência de uma legislação que reconhece a possibilidade de uso medicinal, a ineficiência na implementação de políticas públicas e a resistência cultural em relação à cannabis ainda são barreiras significativas. Essa situação não apenas compromete o direito ao acesso a tratamentos adequados, mas também perpetua estigmas e preconceitos em relação aos usuários de cannabis, que, em muitos casos, são vistos como criminosos, mesmo quando buscam aliviar sintomas de doenças e melhorar sua qualidade de vida. Portanto, é essencial que o Brasil avance na regulamentação e na promoção de um debate mais amplo sobre o uso medicinal da cannabis, considerando suas potenciais aplicações terapêuticas e a necessidade de garantir o acesso seguro e eficaz a essa substância (Holanda, 2022).

A partir do ano 2015, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) regulamentou a importação de produtos à base de canabidiol, permitindo que pacientes com determinadas condições médicas tenham acesso a esses tratamentos. No entanto, a regulamentação ainda é considerada restritiva, dificultando o acesso amplo aos derivados da planta (Ferraz; Meira, 2023).

Em 2016, a Anvisa autorizou a prescrição e manipulação de medicamentos à base de cannabis sativa, e, no ano seguinte, reconheceu a planta como medicinal, inserindo-a na lista de fármacos. É importante destacar que a legalização e desburocratização do acesso à cannabis sativa para fins terapêuticos no Brasil não está relacionada ao consumo recreativo da substância (Martins, 2021).

A União é responsável pela normatização, controle e fiscalização dos produtos e substâncias de interesse para a saúde, conforme a Lei nº 9.782/1999. Atualmente, existem vários projetos em discussão sobre a legalização e regulamentação da cannabis sativa, incluindo o Projeto de Lei nº 7.270/2014, que visa regular a produção, industrialização e comércio da planta e seus derivados. Este projeto também propõe a criação de um Conselho Nacional para políticas sobre drogas, alterando diversas legislações existentes. É relevante frisar que o objetivo do Projeto de Lei nº 7.270/2014 não é liberar o comércio da maconha, mas sim buscar soluções para os problemas decorrentes da guerra ao tráfico e explorar os benefícios terapêuticos da cannabis sativa para o bem comum (Martins, 2021).

As questões éticas relacionadas ao uso da Cannabis medicinal envolvem não apenas a legitimidade do tratamento, mas também a responsabilidade dos profissionais de saúde ao prescrever esses medicamentos. É fundamental que os médicos estejam bem informados sobre as propriedades dos canabinoides, suas indicações e contraindicações, assim como sobre os potenciais efeitos adversos que podem ocorrer. A falta de conhecimento e formação adequada pode levar a prescrições inadequadas e, conseqüentemente, a um uso indevido da substância. Além disso, a responsabilidade ética se estende à comunicação com os pacientes sobre os riscos e benefícios associados ao uso da Cannabis, assegurando que os pacientes possam tomar decisões informadas sobre seus tratamentos (Pereira et al., 2022).

Atualmente, a estigmatização ainda persiste em relação ao uso da Cannabis, mesmo quando utilizado para fins terapêuticos. Essa estigmatização pode influenciar a disposição dos médicos em prescrever tratamentos baseados em Cannabis e dos pacientes em buscar essas opções. Para superar esse estigma, é essencial promover uma educação adequada sobre os benefícios e a segurança do uso medicinal da Cannabis, não apenas entre os profissionais de saúde, mas também entre os pacientes e a sociedade em geral. A informação é uma ferramenta poderosa na transformação da percepção pública sobre a Cannabis, ajudando a normalizar sua utilização como uma alternativa legítima e eficaz no tratamento de diversas condições médicas (De Micheli et al., 2021).

EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS SOBRE A EFICÁCIA DA CANNABIS MEDICINAL NO TRATAMENTO DE DOENÇAS

Nos últimos anos, a pesquisa sobre a eficácia da Cannabis medicinal tem se intensificado, contribuindo para um entendimento mais profundo dos seus potenciais benefícios terapêuticos. Estudos clínicos têm demonstrado que os canabinoides, especialmente o tetrahydrocannabinol (THC) e o canabidiol (CBD), podem ser eficazes no controle de uma variedade de condições médicas, incluindo dor crônica, epilepsia, esclerose múltipla, doenças inflamatórias e até mesmo alguns tipos de câncer. As evidências científicas têm sido fundamentais para embasar a utilização da Cannabis em contextos clínicos, permitindo que profissionais de saúde considerem essa alternativa terapêutica de forma mais fundamentada (Christovão, 2021).

Um dos principais campos de aplicação da Cannabis medicinal é o tratamento da dor crônica, uma condição que afeta milhões de pessoas em todo o mundo. O uso de produtos à base de Cannabis pode reduzir a dor e melhorar a qualidade de vida dos pacientes que não obtiveram alívio adequado com tratamentos convencionais. O THC, por exemplo, atua nos receptores canabinoides do sistema nervoso central, modulando a percepção da dor e proporcionando alívio significativo. Além disso, pesquisas indicam que a combinação de THC e CBD pode ter um efeito sinérgico, aumentando a eficácia do tratamento e minimizando os efeitos colaterais associados ao uso isolado do THC (Silva et al., 2024).

Outra área em que a Cannabis medicinal tem mostrado resultados promissores é no tratamento de distúrbios neurológicos, como a epilepsia refratária. O canabidiol (CBD), em particular, tem sido objeto de atenção significativa devido à sua capacidade de reduzir a frequência e a gravidade das crises em pacientes com epilepsia, especialmente em crianças. Em 2018, a FDA aprovou o Epidiolex, um medicamento à base de CBD, para o tratamento de duas formas raras de epilepsia, o que representa um marco importante na aceitação e regulamentação da Cannabis medicinal. O uso do CBD pode levar a uma redução substancial nas crises, proporcionando uma alternativa segura para pacientes que não respondem a medicamentos tradicionais (Caetano et al., 2021).

Além de sua eficácia em condições de dor e neurológicas, a Cannabis medicinal também tem sido investigada para o tratamento de doenças inflamatórias, como a artrite reumatoide e a doença de Crohn. A pesquisa sugere que os canabinoides possuem propriedades anti-inflamatórias que podem ajudar a controlar os sintomas e melhorar a qualidade de vida dos pacientes. Embora a pesquisa ainda esteja em andamento, os resultados iniciais são promissores e indicam que a Cannabis pode desempenhar um papel importante no manejo dessas condições complexas (Cardoso, 2019).

DESAFIOS E LIMITAÇÕES NA UTILIZAÇÃO DA CANNABIS MEDICINAL

A utilização da Cannabis medicinal, apesar de seus potenciais benefícios terapêuticos, enfrenta uma série de desafios e limitações que precisam ser abordados para garantir sua integração eficaz no tratamento de doenças. Entre os principais obstáculos estão as barreiras legais e regulatórias, a falta de pesquisas robustas em determinadas áreas, a variabilidade nos produtos disponíveis e a necessidade de educação tanto para profissionais de saúde quanto para pacientes (De Jesus et al., 2021).

As barreiras legais e regulatórias continuam a ser um dos maiores desafios para a utilização da Cannabis medicinal. Embora a legalização da Cannabis para fins medicinais tenha avançado em várias regiões, ainda existem muitas áreas onde a planta permanece proibida ou estritamente controlada. Essa situação pode limitar o acesso dos pacientes a tratamentos que poderiam aliviar suas condições de saúde. Além disso, a regulamentação inadequada pode resultar em produtos de baixa qualidade ou em dosagens inconsistentes, o que dificulta a determinação de tratamentos seguros e eficazes. A falta de diretrizes claras sobre o uso clínico da Cannabis também contribui para a hesitação de médicos e profissionais de saúde em prescrever esses tratamentos (Rodrigues, 2019).

Além disso, a variabilidade nos produtos de Cannabis disponíveis no mercado representa um desafio importante. Existem diversas cepas de Cannabis, cada uma com perfis diferentes de canabinoides e terpenos, que podem afetar a eficácia do tratamento e a resposta do paciente. A falta de padronização na produção e na formulação dos produtos de Cannabis pode levar a diferenças significativas na qualidade e na potência, dificultando a obtenção de resultados consistentes nos tratamentos. Assim, é fundamental que haja regulamentações que garantam a qualidade e a segurança dos produtos à base de Cannabis (Santos et al., 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo abordou o uso medicinal da Cannabis, destacando seu potencial terapêutico e os impactos positivos que pode ter no tratamento de diversas doenças, bem como na qualidade de vida dos pacientes. Ao longo da pesquisa, foi possível verificar que a Cannabis, reconhecida por suas propriedades medicinais desde a antiguidade, possui canabinoides que interagem com o sistema endocanabinoide do corpo humano, proporcionando alívio para sintomas como dor crônica, ansiedade e distúrbios do sono.

Entretanto, a utilização da Cannabis medicinal ainda enfrenta barreiras significativas, incluindo estigmas sociais e limitações legais, especialmente em contextos como o brasileiro, onde a regulamentação é restritiva e o preconceito permanece forte. É fundamental que se promovam discussões abertas e informadas sobre a planta, a fim de desmistificá-la e proporcionar uma melhor compreensão de seus benefícios.

A educação e a conscientização são essenciais nesse processo. Tanto os profissionais de saúde quanto os pacientes devem ser informados sobre as propriedades da Cannabis, seus canabinoides e suas aplicações terapêuticas. Programas de formação contínua para médicos e enfermeiros são necessários para que esses profissionais possam oferecer uma abordagem baseada em evidências e livre de preconceitos no controle de pacientes que optam pelo uso da Cannabis.

REFERÊNCIAS

BORGES, Pedro Gabriel de Lima Carneiro; FREIRE, Ricardo Silva; BLANCH, Graziela Torres. **Uso de cannabis: perfil socioeconômico, benefícios terapêuticos e perspectivas sobre a legalização.** Research, Society and Development, v. 12, n. 6, p. e29612642375-e29612642375, 2023. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/42375>. Acesso em: 01 out. 2024.

CAETANO, Hellen Monique dos Santos et al. **Com mais técnica, com mais ciência: controvérsias em torno dos procedimentos regulatórios e científicos com cannabis no Brasil.** 2021. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/handle/123456789/7892>. Acesso em: 26 set. 2024.

CHRISTOVÃO, Nanci Tortoreto. **A política para a cannabis no Brasil entre o direito penal e a saúde pública: da construção do discurso proibicionista às possibilidades de legalização.** 2021. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6140/tde-21032022-133533/en.php>. Acesso em: 19 set. 2024.

CALDEIRA, Zelia Freire et al. **A Produção Mães do crack: desconstruções e deslocamentos.** 2019. Disponível em: <https://www.btdt.uerj.br:8443/handle/1/14723>. Acesso em: 02 out. 2024.

CAMPOS, José Tiago. **Estado moderno e garantias individuais: uma abordagem antropológica sobre a regulamentação da cannabis medicinal.** Editora Dialética, 2024.

CARDOSO, Simone Rodrigues. **Canabidiol: estado da arte e os caminhos para a regulamentação no Brasil.** 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/49582>. Acesso em: 05 out. 2024.

DA SILVA, Rubens Cavalcanti Freire; DE ALBUQUERQUE, Georgia Leal Cesar. **O papel da Medicina de Família e Comunidade no uso medicinal de Cannabis**. Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, v. 18, n. 45, p. 3632-3632, 2023. Disponível em: <https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/3632>. Acesso em: 08 out. 2024.

DE MICHELI, Denise et al. **Aspectos comportamentais, neurobiológicos e psicossociais do uso e dependência de drogas**. Editora CRV, 2021.

DE JESUS, Alanyni Silva et al. **Cotidiano de pessoas que fazem uso da Cannabis de forma medicinal**. 2021. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/751327273/Aspectos-comportamentais-neurobiologicos-e-psicossociais-do-uso-e-dependencia-de-drogas>. Acesso em: 23 set. 2024.

FERRAZ, Solrac Gigante; MEIRA, Rodrigo Santos. **Direito ao tratamento de crianças com síndromes epiléticas refratárias: desafios e oportunidades no acesso ao Canabidiol**. RCMOS-Revista Científica Multidisciplinar O Saber, v. 3, n. 1, p. 1-18, 2023. Disponível em: <https://submissoesrevistacientificaosaber.com/index.php/rcmos/article/view/380>. Acesso em: 05 set. 2024.

HOLANDA, Leonardo Carneiro. **Efeitos do uso da cannabis e da guerra às drogas sobre a saúde dos usuários**. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/70412>. Acesso em: 28 set. 2024.

LIMA, Maria Clea Marinho et al. **Uso da Cannabis medicinal e autismo**. Jornal Memorial da Medicina, v. 2, n. 1, p. 5-14, 2020. Disponível em: <https://www.jornalmemorialdamedicina.com/index.php/jmm/article/view/29>. Acesso em: 09 out. 2024.

MAIA, FERNANDO GABRIEL NUNES. **A DESCRIMINALIZAÇÃO DA MACONHA: UM ESTUDO SOBRE SAÚDE PÚBLICA E A EFICÁCIA DA SUA PROIBIÇÃO**. Repositório Institucional do Unifip, v. 8, n. 1, 2023. Disponível em: <https://coopex.unifip.edu.br/index.php/repositoriounifip/article/view/4437>. Acesso em: 05 out. 2024.

MARTINS, Denise do Amaral; POSSO, Irimar de Paula. **Legislação atual sobre cannabis medicinal. Histórico, movimentos, tendências e contratendências no território brasileiro**. BrJP, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/brjp/a/MfJFNtDgvpXHrFpxnFLkCgv/?lang=pt>. Acesso em: 01 set. 2024.

MARTINS, Isabela Oliveira. **A desburocratização do uso e plantio da cannabis medicinal no Brasil**. 2021. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/1409>. Acesso em: 09 set. 2024.

NETO, João Ozório Rodrigues et al. **Nada no mundo é novo: usos medicinais da Cannabis sp**. Cadernos UniFOA, 2023. Disponível em: <file:///C:/Users/ADM/Downloads/4176.pdf>. Acesso em: 11 out. 2024.

OLIVEIRA, Herrivelto Afonso et al. **Estudo das propriedades físico-químicas e terapêuticas do óleo de canabidiol extraído da planta Cannabis sativa**. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/2498>. Acesso em: 06 out. 2024.

PEREIRA, Pedro Henrique Braga et al. **Uso da cannabis para fins medicinais: reflexões a partir das experiências de um médico de família**. 2022. Tese de Doutorado. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/58527>. Acesso em: 16 set. 2024.

RIBEIRO, Sidarta. **As flores do bem: a ciência e a história da libertação da maconha**. Fósforo, 2023.

RODRIGUES, Rita Fernandes Barata. **Mercado da canábis com uso terapêutico no mundo: perspectivas para Portugal**. 2019. Dissertação de Mestrado. Egas Moniz School of Health & Science (Portugal). Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/562d015ab381e6200449a9f6cc8d0687/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y>. Acesso em: 11 set. 2024.

SANTOS, Aline Matilde Ferreira dos et al. **Investigação do potencial antiepiléptico de um óleo de extrato de Cannabis sativa rico em canabidiol: uma abordagem in silico e in vivo**. 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/30081>. Acesso em: 11 out. 2024.

SILVA, Emily Lorrany Guedes da et al. **Medicamentos à base de canabidiol para o tratamento de epilepsia: uso terapêutico e regulamentação brasileira**. 2024. Disponível em: <https://rii.ufam.edu.br/handle/prefix/7507>. Acesso em: 09 out. 2024.

SILVA, Francisco Gomes da. **Legalização e discriminação da maconha sobre a perspectiva dos (as) estudantes do curso de Serviço Social**. 2018. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/handle/riufcg/12464>. Acesso em: 29 set. 2024.

SPEZZIA, Sérgio. **O emprego da Cannabis medicinal no enfrentamento à doenças**. Revista de Ciências Médicas, v. 31, 2022. Disponível em: <https://puccampinas.emnuvens.com.br/cienciasmedicas/article/view/5398>. Acesso em: 28 set. 2024.

TAVEIRA, William Oliveira. **Política criminal e guerra às drogas: um estudo crítico do modelo brasileiro e da experiência uruguaia de regulação da cannabis**. TCC (Graduação)-Curso de Direito, Faculdade Nacional de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/8681>. Acesso em: 10 out. 2024.

VIEIRA, Cecília Tavares Teixeira. **Farmácia de Cesar, Cesar e Serviços Farmacêuticos do Hospital da Luz, Arrábida, Vila Nova de Gaia**. 2023. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/154076/2/648422.pdf>. Acesso em: 07 out. 2024.